

## TEMPOS NO CORPO: Contribuições do Método Lefebvriano para a Pesquisa Urbana (Latino-americana)\*

Fraya Frehse<sup>1</sup>

### Resumo

Quais as contribuições que, para a conceituação da diferença no mundo urbano atual, podem oferecer pesquisas sobre cidades latino-americanas orientadas pelo método regressivo-progressivo lefebvriano? Enfocar, sob tal prisma metodológico, em particular a historicidade das regras de comportamento corporal na Praça da Sé da São Paulo tal qual investigada documental e etnograficamente entre 1997 e 2012, traz para o primeiro plano analítico um espaço definido: o corpo de quem é pedestre naquele logradouro. Esse carrega indícios de quatro contribuições conceituais do método para a pesquisa urbana latino-americana e os estudos urbanos internacionais em geral, quando o assunto é diferença. O método incentiva à compreensão da complexa coexistência de tempos históricos nos corpos tanto dos seres humanos quanto das edificações e equipamentos urbanos; favorece o reconhecimento da dimensão histórica das contradições sociais implícitas no uso de ruas e praças públicas; evidencia diferenças históricas em/entre cidades que são apreensíveis no nível da prática espacial dos pedestres nos espaços públicos urbanos; ressalta a relevância conceitual crítica do tempo histórico na reflexão contemporânea sobre a produção do espaço urbano.

---

\* Versão revista de capítulo publicado originalmente em alemão na coletânea *Stadtforschung aus Lateinamerika* (Bielefeld: Transcript, 2013), organizada por Anne Huffschmid e Kathrin Wildner, às quais sou grata pelo incentivo ao projeto desta tradução, que é de minha autoria. Agradeço ainda à Fundação Alexander von Humboldt, que financiou o estágio pós-doutoral na Freie Universität Berlin (2010) no âmbito do qual se deu o intercâmbio acadêmico e intelectual que este texto expressa.

<sup>1</sup> Professora da Universidade de São Paulo (USP).

### **Palavras-chave**

Método regressivo-progressivo (Henri Lefebvre). Estudos urbanos (América Latina). Espaços públicos (ruas e praças). Regras de comportamento corporal (pedestres).

### **TIMES IN THE BODY: Contributions of the Lefebvorean Method to (Latin American) Urban Research**

#### **Abstract**

Which are the contributions that researches on Latin American cities which resort to Henri Lefebvre's regressive-progressive method may offer to the urban studies' debate on how to conceptualize difference in the present-day urban world? By focusing especially on the historicity of the rules of body behavior by pedestrians which could be depicted in documentary and ethnographic terms in the São Paulo *Praça da Sé* (cathedral square) between 1997 and 2012, what comes to the analytic forefront is a definite space: the body of the São Paulo pedestrian. This one evidences four conceptual contributions of the Lefebvorean method for (Latin American) urban research, when it comes to difference. The method encourages researchers to understand the complex coexistence of historical times in the bodies of human beings, of buildings and of the urban equipment; it favours one's recognizing the historical dimension of the social contradictions implicit in the use of public streets and squares; it evidences historical differences in/between cities which may be depicted in the level of the pedestrians' spacial practice in the urban public spaces; it emphasizes the critical conceptual relevance of historical time in the contemporary reflection on the production of urban space.

## Keywords

Regressive-progressive method (Henri Lefebvre). Urban studies (Latin America). Public spaces (streets and squares). Rules of body behavior (pedestrians).

Ainda sob o impacto das impressões que teve dos dois anos em que viveu na São Paulo da década de 1930, como professor de sociologia na então recente Universidade de São Paulo, Claude Lévi-Strauss oferece em sua obra memorialística *Tristes Trópicos* (1955, p. 107) uma imagem emblemática da urbe: “No ano de 1935 os paulistas se vangloriavam de que em sua cidade se construía em média uma casa por hora. [...] A cidade se desenvolve com tal velocidade que é impossível estabelecer-lhe um mapa: cada semana demandaria uma nova edição”.<sup>2</sup> Argumentando nesses termos, o etnólogo involuntariamente se tornou porta-voz de uma representação com a qual eu me deparo a cada ocasião em que levo visitantes europeus para passear pelas ruas e praças do centro paulistano. É a concepção de que São Paulo seria “a-histórica”. Tamanha a radicalidade e frequência das modificações na materialidade física dos edifícios privados e públicos, das igrejas, ruas e praças, que tudo pareceria igualmente atual, desprovido de densidade histórica.

Tal representação constitui um ponto de partida apropriado para o questionamento metodológico que visou desenvolver neste texto: Quais as contribuições que, para a conceituação da diferença no mundo urbano atual, podem oferecer pesquisas sobre cidades latino-americanas orientadas – e enriquecidas – pelo método regressivo-progressivo

---

<sup>2</sup> São de minha autoria todas as traduções para o português de textos estrangeiros cujos tradutores não aparecem indicados na Bibliografia.

lefebvriano? Que novos impulsos resultam daí, para o rol de respostas coletivas e mais ou menos tácitas que as ciências sociais vêm desenvolvendo em relação à questão de como diferenciar conceitualmente cidades, no mundo urbano globalizado do presente?

Se essa problemática tem mobilizado autores em contextos acadêmicos variados dos Estados Unidos e da Europa (cf. nesse sentido, entre outros, SASSEN, 1991, 2008; BERKING; LÖW, 2008; LÖW, 2009), ela é de especial interesse para quem, como eu, pesquisa o mundo urbano na América Latina. Afinal, desde os seus primórdios, nos anos de 1950, os estudos urbanos da região têm tido de enfrentar o desafio de conceituar fenômenos socioespaciais que, localmente vigentes, como como favelas e *villas miseria*, pouco compartilham com aqueles comuns nas cidades europeias e norte-americanas. No entanto, na maioria das vezes estas urbes acabaram virando - e até hoje são - as referências empíricas primordiais para as conceituações internacionalmente mais difundidas acerca das cidades - inclusive no debate latino-americano. Sob o prisma dessa dinâmica intelectual, a questão da conceituação da diferença marca estruturalmente a história da pesquisa urbana latino-americana.

Quando, à luz dessa problemática, o olhar do pesquisador se volta para a representação da aparente ausência de história em São Paulo, aí seria possível imaginar que a materialidade física das ruas e praças constitui um parâmetro analítico decisivo para trazer à tona diferenças, por exemplo, entre essa cidade e urbes europeias.

Há, contudo, mais em jogo. Basta assumir, com Henri Lefebvre (2000, p. xx-xxi), que a noção de espaço designa “um conjunto de relações”, um produto social que intervém simultaneamente na produção da práxis. O que caracteriza uma cidade como espaço são as “atividades sociais” que a talham, modelam e ocupam “no decorrer de um tempo

histórico”, produzindo-a, assim, simultaneamente (LEFEBVRE, 2000, p. 89). Já que assim “qualquer realidade dada no espaço se revela e explica por uma *gênese* no tempo“ (LEFEBVRE, 2000, p. 136), assume um papel relevante, para a compreensão de uma cidade, a historicidade das atividades sociais ali; isto é, a articulação entre tempos históricos, ou melhor, o passado, o presente e o “possível”.<sup>3</sup>

Sob esse ângulo teórico e metodológico, a densidade histórica do espaço urbano nunca se fundamenta apenas na materialidade física de seus edifícios e ruas. Também o modo como os tempos históricos se vinculam reciprocamente em particular nas atividades sociais (re)produzidas pela mediação do espaço, marca o espaço urbano. A “existência real” das relações sociais só se dá “no e pelo espaço” (LEFEBVRE, 2000, p. 465).

Nesse sentido, focar analiticamente a historicidade das atividades sociais pela mediação das quais o espaço urbano é produzido como “diferente” oferece a possibilidade de se discernir, em termos conceituais, algumas diferenças entre cidades no contexto dos processos econômicos, sociais e culturais contraditórios que, ligados à expansão geográfica das urbes, perfazem a chamada “urbanização” (LEFEBVRE, 1970; cf. também SCHMID, 2006, p. 132). Em particular no que se refere a São Paulo, não há mais como confiar na cidade atemporal de Lévi-Strauss e muitos visitantes estrangeiros. Em seu lugar emerge a seguinte questão investigativa: Que outros tempos históricos se deixam discernir ali quando o enfoque analítico se centra na historicidade das atividades sociais no e pelo espaço urbano paulistano?

O meu argumento é de que é a presença ativa de um passado mais do que centenário que vem para o primeiro plano conceitual quando o

---

<sup>3</sup> “O passado se torna (ou se torna novamente) presente em função da realização dos possíveis implícitos objetivamente nesse passado. Ele se desvela com tais possíveis“ (LEFEBVRE, 1971, p. 86; grifos no original).

olhar do pesquisador, com o auxílio em particular do método regressivo-progressivo lefebvriano, se concentra naquilo que, em outro momento (FREHSE, 2011a), denominei *regras de comportamento corporal* dos pedestres das ruas e praças do centro histórico paulistano. Refiro-me a regularidades informais de natureza simbólica que remetem historicamente ao século XIX e à virada do século XX. Elas marcam os movimentos físicos de homens, mulheres e crianças de idades variadas e origens sociais diversas nos espaços públicos do perímetro paulistano em que a urbanização é historicamente mais antiga, e que por isso mesmo concebo como *centro histórico*. Notadamente, trata-se, de um lado, da passagem física regular de pedestres por ruas e praças. O contraponto fenomenológico desse modo de comportamento corporal é a permanência momentânea desses mesmos tipos humanos ali – não raro para o descanso fugaz justamente do ir e vir regulares. De outro lado, penso na permanência física delongada regular de pedestres em tais espaços. Nos três casos, são modos de comportamento corporal que operam como *regras de comportamento corporal* por estarmos em face, respectivamente, de “técnicas corporais” – isto é, de modos como os seres humanos sabem se servir de seus corpos (MAUSS, 1997, p. 365) – que são mobilizadas em um “ritmo” específico – isto é, numa sequência definida de repetições, indutora, por sua vez, de „maneiras“ (LEFEBVRE, 1992, p. 56).

Enquanto os protagonistas da passagem regular e da permanência momentânea nas ruas e praças públicas de cidades brasileiras como São Paulo são popularmente conhecidos como “transeuntes”, a permanência regular ali é característica de pedestres que, justamente em função dessa regra de comportamento corporal, denomino *não-transeuntes*: entre outros, vendedores ambulantes, engraxates, pregadores e artistas de rua; mendigos, desempregados, gente que mora nas ruas. Trata-se de uma

pletora extremamente ampla de pedestres que, nos tempos que correm, permanecem fisicamente nas ruas e praças do centro histórico de megacidades como São Paulo dia a dia – quando não também de noite; e isso pelas mais diversas razões, que vão da marginalização em relação ao mercado formal de trabalho à desestruturação familiar, passando pela vinculação apenas superficial a instituições como a escola e a vizinhança, e a amigos.

No intuito de desenvolver o argumento, este texto se divide em três seções. Primeiramente, cabe elucidar o que, afinal, constitui o método regressivo-progressivo, e como este se deixa vincular à pesquisa urbana (latino-americana). Resultará daí uma hipótese definida em relação às contribuições do método regressivo-progressivo para essa linhagem investigativa tanto na América Latina do presente quanto no cenário internacional em geral, quando o assunto são diferenças atuais entre cidades. Será então possível, num segundo momento, aferir empiricamente, a relevância metodológica da historicidade das regras de comportamento corporal – e, assim, de elementos imateriais da cultura. Para tanto, nada como enfrentar em termos regressivo-progressivos um logradouro específico do centro histórico paulistano: a Praça da Sé, que sedia a catedral católica. Mas isso, tal como a pude experimentar entre 1997 e 2012, no âmbito de algumas pesquisas documentais e etnográficas de “natureza regressivo-progressiva” (FREHSE, 1997, 2005, 2008, 2011a, 2013a, no prelo). E eis que há como, na conclusão, vir para o primeiro plano analítico um espaço definido. Em especial o *corpo* de quem é pedestre da Praça da Sé carrega indício de quatro contribuições conceituais que o método lefebvriano oferece para a pesquisa urbana atual na América Latina e no contexto internacional mais amplo, quando o que se busca é elucidar em termos conceituais diferenças empiricamente vigentes entre as cidades do presente.

## **O método regressivo-progressivo e a pesquisa urbana (latino-americana)**

O atributo “regressivo-progressivo” remete a um conjunto de procedimentos investigativos cujos fundamentos Lefebvre trouxe a público pela primeira vez em dois artigos de meados do século XX (LEFEBVRE, 2001a, 2001b). Comentadores do método enfatizam que, dentre as principais fontes de inspiração da abordagem, se encontra, de um lado, a leitura lefebvriana do método desenvolvido por Karl Marx em *O Capital* e nos *Grundrisse*, para a interpretação de “fatos sociais” (HESS, 1988, p. 181); de outro lado, a interlocução do autor com a concepção dialética de “formação econômico-social”, introduzida por Marx e desenvolvida por Lenin (MARTINS, 1996a, p. 15-20); enfim, o contato de Lefebvre com o “método regressivo” empregado por Marc Bloch na análise da história agrária da França (STANEK, 2011, p. 159-160).

De fato, o autor formalizou o método na esteira de sua tese de doutorado em sociologia agrária, uma análise “histórico-sociológica” de Campan, comunidade rural nos Pireneus (LEFEBVRE, 1963, e ainda 2001a, 2001b). A abordagem visa aferir empiricamente a coexistência dialética entre a “complexidade horizontal” (sincrônica) e a “complexidade vertical” (diacrônica) da “realidade camponesa”, no intuito de assim apreender em termos conceituais o historicamente possível ali (LEFEBVRE, 2001b, p. 65-66). Quais as transformações sociais futuramente possíveis que a realidade investigada abriga em função de sua historicidade?

Nesse sentido, o conjunto de procedimentos visa operacionalizar a perspectiva metodológica de Lefebvre em relação à realidade social. Em determinada “época histórica”, a realidade camponesa, por exemplo, “apresenta” à observação e análise, de um lado, “diferenças essenciais”



num “conjunto de *condições*” técnicas, sociais e econômicas; de outro, “a coexistência de formações *de idade e data diferentes*” (LEFEBVRE, 2001b, p. 65-66; grifos no original). Assim, em termos epistemológicos tal realidade constitui uma totalidade aberta e contraditória, cujo desvendamento depende de um pensamento lógico de natureza dialética que Lefebvre (1961, p. 121) designa como “transdução”: esta “constrói um objeto virtual a partir de informações”, indo “do real (dado) ao possível”.

À luz desses fundamentos teóricos e metodológicos, não surpreende que o método regressivo-progressivo possua tanto uma dimensão investigativa quanto outra interpretativa, englobando, portanto, procedimentos passíveis de serem separados analiticamente.<sup>4</sup> Em termos de estratégia de pesquisa, essa dupla dimensão se traduz em três etapas, ou melhor, “momentos” – isto é, respectivamente “*tentativa[s] visando à realização total de uma possibilidade [histórica]*” (LEFEBVRE, 1961, p. 348; grifos no original).

Através de observação participante, de entrevistas, *surveys* e estatísticas o pesquisador “descreve”, no “momento descritivo”, o “campo” empiricamente dado (LEFEBVRE, 2001b, p. 73); em outras palavras, aquilo que o sociólogo José de Souza Martins (1996a, p. 21) designa, em sua análise do método, como “vida social”, ou como „relações sociais” e “elementos da cultura material e espiritual”. Assim se desvenda a complexidade horizontal da realidade social. Na sequência, entra em cena a complexidade vertical. Apreendê-la em termos „analítico-regressivos” acarreta “datar exatamente” a realidade descrita. No terceiro momento, “histórico-genético”, há como, por fim, elucidar as “modificações” dos elementos anteriormente datados, e isso por referência

---

<sup>4</sup> Remeto aqui à elucidativa distinção de Florestan Fernandes (1959, p. 13-14) entre “método de investigação” e “método de interpretação”.

ao “desenvolvimento ulterior (interno ou externo)” e “sua subordinação às estruturas de conjunto”, ao “processo de conjunto” (LEFEBVRE, 2001b, p. 74). Trata-se de um retorno “ao atual previamente descrito, a fim de reencontrar o presente, mas elucidado, compreendido: *explicado*” (LEFEBVRE, 2001b, p. 74; grifo no original). E isso, justamente porque a coexistência, no agora investigado, de coisas, relações sociais e representações de datas históricas distintas, traz para o primeiro plano contradições entre aquilo que se modificou historicamente no campo empírico, e aquilo que não o fez – da perspectiva metodológica de outras possibilidades históricas já realizadas, e que embebem o contraditório processo de conjunto.

Assim se descobre que as contradições sociais são de natureza histórica (MARTINS, 1996a, p. 22). A sua coexistência torna empírica e analiticamente mais evidentes as “necessidades radicais”, necessidades ocultas no “residual” contido na práxis – e isso, independentemente da realidade social pesquisada (MARTINS, 1996a, p. 22-23). Afinal, num único gesto ou ato se ocultam o “nível” repetitivo, o mimético ou o inovador da práxis (LEFEBVRE, 1966, p. 43). Já que tais necessidades não se satisfazem sem que a sociedade mude, a elucidação regressivo-progressiva da historicidade das contradições sociais viabiliza a identificação de possibilidades de transformação social contidas no presente.

Há mais de uma década venho trabalhando explicitamente com o instrumental regressivo-progressivo em pesquisas de sociologia da vida cotidiana sobre a historicidade das transformações socioculturais em São Paulo passíveis de serem apreendidas nas vivências cotidianas dos pedestres nos espaços públicos de seu centro histórico (FREHSE, 2001, 2005, 2011a, 2011b, 2013a, no prelo). O meu contato inicial com tal método se deu no âmbito da disciplina “Sociologia da Vida Cotidiana”,

que Martins ministrou na Universidade de São Paulo por mais de vinte anos. Com efeito, este sociólogo não apenas introduziu mas incentivou a difusão da abordagem lefebvriana no Brasil, o que se deu especialmente nessa disciplina e num seminário de pós-graduação sobre o método lefebvriano (MARTINS, 1996b).

Em busca de outras “utilizações latino-americanas” do método, uma pesquisa bibliográfica na *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*, em dezembro de 2011, me conduziu em especial a um diálogo crítico sobre a interpretação do método lefebvriano desenvolvido na Costa Rica (cf. entre outros GARCÍA QUESADA, 2001, 2008; VARGAS, 2005, 2006, 2009). No entanto, esse debate não tem nada a ver com pesquisa urbana.

Tal conjuntura vai de mãos dadas com uma tendência internacional amplamente predominante: as noções lefebvrianas são antes mobilizadas de modo esparso do que em conexão com a orientação metodológica abrangente que lhes subjaz.<sup>5</sup> Afora no Brasil, é na França atual que se deixam identificar interlocuções explícitas com o método regressivo-progressivo (HESS, 1988, 2009; HESS; SAVOYE, 1988). Só que apenas no cenário acadêmico brasileiro o método tem sido empregado e desenvolvido investigativa e interpretativamente em particular na pesquisa urbana.

Isso permite reconhecer que ainda permanece aberta a questão das contribuições do método para a pesquisa urbana latino-americana em especial, e para os estudos urbanos em geral. No intuito de chegar a uma resposta aqui em relação à conceituação das diferenças atuais entre cidades, um ponto de partida apropriado, porque sintético, é dialogar

---

<sup>5</sup> Cf. a respeito, entre outras, as revisões bibliográficas contidas em Hess (1988), Schmid (2006), Goonewardena, Kipfer, Milgram e Schmid (2008), Ronneberger (2008), Stanek (2011), Deulceux e Hess (2009).

brevemente em especial com uma abordagem específica, bastante difundida no cenário internacional, acerca da conceituação das diferenças socioculturais latino-americanas em relação à Europa e aos EUA. Refiro-me à perspectiva da “contemporaneidade do não contemporâneo”.

Nesse sentido, uma obra referencial é a do antropólogo Nestor García Canclini, em especial noções suas em torno da “heterogeneidade multitemporal” da cultura moderna na América Latina (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 74). Direcionando o seu foco analítico, entre outros, para as contradições e discrepâncias dos movimentos culturais latino-americanos na arte e na literatura durante o século XX, esse argentino há décadas radicado no México investiga a “heterogeneidade sociocultural” do modernismo latino-americano, cuja “dificuldade de realizar-se” seria inseparável dos “conflitos entre diferentes temporalidades históricas que convivem em um mesmo presente” (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 83). Em outros momentos (GARCÍA CANCLINI, 2005, 2006), o autor aborda outros aspectos da produção e do consumo culturais na América Latina, a fim de enfatizar ali os “processos de hibridização” entre o tradicional e o moderno, o culto, o popular e a cultura de massa que caracterizariam a modernidade na América Latina.

Pautada em formulações como essas, a abordagem de Canclini inevitavelmente tangencia possibilidades de articulação conceitual com o método lefebvriano. Basta levar em conta que a perspectiva regressivo-progressiva visa à apreensão dos diferentes tempos históricos que coexistem no presente. Com efeito, Martins (2008a, p. 20) enfatizou a afinidade entre as duas abordagens passível de ser reconhecida em especial no livro *Culturas Híbridas*. O que, aos olhos do sociólogo brasileiro, faltaria à obra de Canclini seria incorporar a suas concepções teóricas aquelas de Lefebvre sobre a totalidade dialética e a multiplicidade de tempos históricos no contemporâneo: „[Isso] ampliaria e enriqueceria a

orientação teórica que [Canclini] adota“ (MARTINS, 2008a: 20, n. 10). Partindo da distinção lefebvriana entre “modernidade” e “o moderno” (LEFEBVRE, 1962, p. 10), argumenta Martins (2008a, p. 20):

A diversidade dos tempos históricos que se combinam nessa modernidade difícil [vigente na América Latina] [...] incorpora a cultura popular que pouco ou nada tem de moderno; mas, insisto, incorpora também efetivas relações sociais datadas, vestígios de outras estruturas e situações que são ainda, no entanto, realidades e relações vivas e vitais. E que anunciam a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens.

E assim se insinuam as contribuições que, no meu modo de ver, a abordagem lefebvriana oferece à pesquisa urbana (latino-americana), quando se trata de diferença. O método regressivo-progressivo possibilita a apreensão *empírica* da “contemporaneidade do não contemporâneo”, considerando que esta não se expressa *apenas* em testemunhos materiais da cultura, *mas também* numa realidade à primeira vista bem mais fugaz: a *realidade imaterial* das relações sociais, da práxis cotidiana. Justamente os tempos no corpo humano carregam indícios de possibilidades conceituais insuspeitadas do método lefebvriano para os estudos urbanos (latino-americanos).

No intuito de averiguar aqui a pertinência dessa hipótese, nada como contemplar em termos regressivo-progressivos notadamente as regras de comportamento corporal. Mas isso lançando um olhar sobre a maior praça do centro histórico de São Paulo (fig. 1).



Figura 1: Vista aérea da *Praça da Sé*, fevereiro 2012 (© Fábio M. Gonçalves)

O logradouro octogonal de 37.500 m<sup>2</sup> (MILANESI, 2002, p. 161) se encontra no coração da chamada “colina histórica” paulistana. Foi apenas a poucos metros dali que a atual cidade de 11,2 milhões de habitantes (numa região metropolitana de nome análogo análogo com 19,7 milhões de habitantes – em 2012) foi fundada, em 1554, como povoamento jesuítico nos recônditos geográficos da colônia portuguesa na América.

Selecionar tal local para a análise aqui pretendida inevitavelmente se relaciona, em última instância, com o meu interesse investigativo por uma conceituação propriamente lefebvriana das diferenças empíricas entre São Paulo e outras cidades. Em Lefebvre (1961, p. 181), “quando se trata da realidade humana, tanto a teoria quanto a práxis englobam uma concepção de totalidade (isto é, da sociedade e do homem), implícita ou explicitamente”. Sem um tal “conceito”, nada de “quadro de referência”, nada de “generalidade” e muito menos de “universalidade”. Tendo em conta a minha questão de pesquisa, por que não assumir, como totalidade de referência, a urbanização atual?

Sob tal prisma, é a „produção do espaço“ discutida por Lefebvre numa obra específica (LEFEBVRE, 2000) que vem necessariamente para o primeiro plano analítico. E São Paulo se torna uma mediação espacial específica da práxis, no contexto da urbanização atual. Em termos metodológicos, a abordagem implica uma análise dos “momentos do espaço“ (LEFEBVRE, 2000, p. 50). A práxis é sempre “prática espacial“; isto é, corresponde-lhe um uso qualitativo do espaço (LEFEBVRE, 2000, p. 23-24). A atenção do pesquisador se volta assim instantaneamente para aquilo que é percebido (“*le perçu*”) *corporalmente* no e pelo espaço - ou melhor, aquilo que o próprio pesquisador percebe em campo através de “um uso do corpo: o emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais“ (LEFEBVRE, 2000, p. 50).<sup>6</sup> No entanto, esse percebido espacialmente não é independente dos outros momentos do espaço. Afinal, ele se encontra impregnado simultaneamente do vivido (“*le vécu*”) simbólica e imaginativamente - isto é, dos “espaços de representação“ dos habitantes e dos assim chamados “usuários” do espaço; e do concebido (“*le conçu*“) racional e especulativamente – das “representações do espaço” dos especialistas, planejadores, urbanistas e tecnocratas (LEFEBVRE, 2000, p. 48-50).

Justamente por isso, a análise do espaço transcorre obrigatoriamente levando em conta processos históricos mais abrangentes. Naquilo que Lefebvre chamou de modo de produção “neocapitalista”, e que ainda hoje se mantém ativo, essa “história do espaço” mais ampla se expressa espacialmente de um modo definido. O “espaço abstrato” – que brotou historicamente do “espaço histórico”, o qual, por sua vez, emergiu dialeticamente do “espaço absoluto“ – não representa apenas o poder do

---

<sup>6</sup> Em uma obra posterior (LEFEBVRE, 1992, p. 32-33) - na qual, aliás, é menos o espaço do que o tempo que importa (em especial os ritmos) -, o autor elucida conceitualmente esse aspecto metodológico da observação empírica: o ponto de referência do “ritmanalista”, ao “escutar” outros corpos, são os ritmos de seu próprio corpo.

quantitativo e do homogêneo; poder que subjaz ao funcionamento do capitalismo (LEFEBVRE, 2000, p. 57-61). Ele abriga em si como contradição sobretudo o essencialmente qualitativo e diferenciador “espaço diferencial” (LEFEBVRE, 2000, p. 61).

Quando, sob essa perspectiva metodológica, se contempla o espaço urbano paulistano, a Praça da Sé emerge como mais do que um “campo” entre outros. Inescapáveis na história das cidades ocidentais a partir da Idade Média, praças em torno de catedrais correspondem a uma representação de espaço que permaneceu vigorosa por muito tempo, no mundo ocidental: a sede suntuosa do bispado deve localizar-se no centro histórico de uma cidade.<sup>7</sup> Sua presença física relativamente contundente nos centros históricos das cidades ocidentais faz desse “lugar” – isto é, desse “tempo-espaço local” (LEFEBVRE, 2000, p. 21) - uma base de comparação adequada, nos limites deste texto, para a apreensão regressivo-progressiva de contradições históricas cotidianamente produzidas no e pelo espaço, e em função dos quais São Paulo se diferencia de outras cidades.

### **A apreensão regressivo-progressiva do contemporaneamente não contemporâneo na Praça da Sé**

Sendo fiel aos três momentos do método, trata-se, em primeiro lugar, de descrever a complexidade horizontal da praça.

---

<sup>7</sup> A valorização social de “ambientes basilicais” grandiosos como catedrais remonta à virada do século IV europeu (Pastro, 2010, p. 262). Em especial em Portugal e suas colônias, foi a partir do final do século XV que se difundiu a representação de que a sede do bispado (a chamada “Sé”) deveria se situar no centro geográfico da respectiva cidade (Teixeira, 2001, p. 75).



***Momento descritivo***

Pelo que discerni entre 2007 e 2012 com a ajuda de observação tanto direta quanto participante, de conversas informais e entrevistas com pedestres durante as tardes (14-18h) dos dias úteis (entre segunda e sexta-feira), a cultura material e a imaterial se combinam de modo complexo na praça que se abre diante da católica Catedral Metropolitana de São Paulo, a chamada “Catedral da Sé” (fig. 2):



Figura 2: Vista a partir do adro retangular da praça em direção à catedral, fevereiro 2012 (© Fraya Frehse)

O maior edifício da praça é de fato o templo, com 11 m de comprimento e 46 m de largura. Provido de torres de 92 m e uma cúpula de 30 m de altura (MILANESI, 2002, p. 85), a catedral tem capacidade para 8.000 pessoas (PORTO, 1996, p. 184). Situa-se na face sul de um adro retangular cujas faces leste e oeste são pontilhadas por duas fileiras de palmeiras imperiais. No centro desse tablado, uma pedra em *art nouveau* de aproximadamente 1,5 m de altura, e rodeada por uma rosa dos ventos, simboliza o Marco Zero da cidade, ponto zero para a demarcação oficial da numeração das vias públicas paulistanas.

As muretas a leste separam o adro retangular de uma área ajardinada bem maior, que se estende a norte do Palácio da Justiça paulistano. Esse setor da Praça da Sé congrega árvores baixas, arbustos, bancos de praça e espelhos d'água, além de algumas esculturas de arte abstrata, um relógio de rua e as entradas da estação Sé do metrô, o entroncamento principal do sistema metroviário paulistano (fig. 3):



Figura 3: Vista a partir da escadaria da catedral em direção às muretas da praça, abril 2011 (© Fraya Frehse)

O lado ocidental da praça, por sua vez, tem como limite físico uma rua margeada por edifícios relativamente altos – e que abrangem, em termos arquitetônicos, do neoclássico ao moderno –, enquanto, em sua face norte, o adro retangular deixa entrever três mastros de bandeira e uma estátua de talvez 3 m de altura com o nome de “Apóstolo Paulo”, correspondente ao patrono da cidade. Esse mobiliário urbano separa o tablado cimentado de um setor com árvores de copas largas mais ao norte, e cuja ausência de bancos de praça vem de mãos dadas com canteiros baixos de pedra em torno justamente das árvores. Nessa área se ergue uma estátua que, incluída a base, soma aproximadamente 10 m de altura: é o “Monumento a Anchieta“, em homenagem ao jesuíta José de Anchieta (1534-1597), um dos fundadores de São Paulo. Esse setor cimentado da Praça da Sé é circundado, a leste, por estabelecimentos comerciais, ao sul por duas entradas de metrô, a oeste pela rua anteriormente referenciada e ao norte por uma segunda via, a qual separa esse setor da praça de uma última área mais ao norte, também cimentada e desprovida de bancos, mas triangular e com poucas árvores.

O tom escuro do calçamento, das muretas e das estátuas contrasta com a variedade multicolor dos muitos pedestres que agitam a praça nas tardes dos dias úteis - ao menos no intervalo temporal a que remetem as observações etnográficas aqui referenciadas (fig. 4):

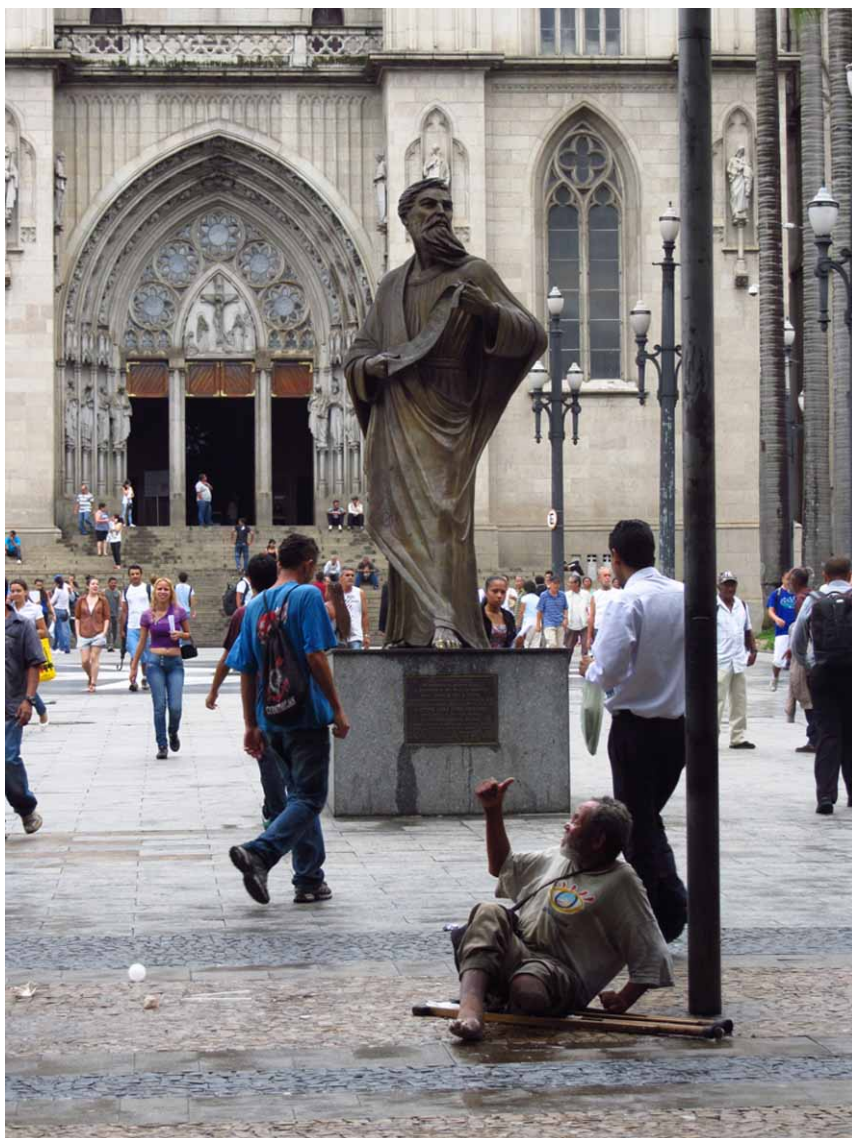


Figura 4: Vista a partir do norte da praça em direção à estátua de Paulo (catedral ao fundo), fevereiro 2012 (© Fraya Frehse)

Em meio aos automóveis e ônibus que, então, animavam as ruas circundantes, houve como distinguir, de um lado, muitos transeuntes.

Eram homens, mulheres e crianças das mais diversas idades que atravessam a praça ou ali permaneciam apenas fugazmente – de pé ou sentados na escadaria da catedral. Relativamente poucos desses transeuntes eu pude identificar como turistas. Também foram raros os moradores do entorno: ao menos até 2012, o distrito *Sé*, onde a praça se situa, era pouco habitado (ou melhor, o interior de seus edifícios, pois nas ruas e praças moravam muitos...). De fato, nos dias úteis sempre retornava para mim a impressão de que os transeuntes de perto e de longe, que na Praça da Sé consegui discernir, iam e vinham - entre a estação de metrô, as várias lojas de presentes, tecidos, jóias, produtos medicinais e livros antigos, ou também as sedes de alguns bancos ou da bolsa de valores, sem falar das repartições públicas do entorno.

De outro lado foi, no entanto, possível reconhecer tipologicamente não-transeuntes bem variados (fig. 5).



Figura 5: Vista a partir do norte da praça em direção a seu setor sombreado (estátua de Anchieta na metade superior esquerda), fevereiro 2012 (© Fraya Frehse)

Havia na praça pedestres que denomino *pessoas de rua* (FREHSE, 2013a, p. 143): sobretudo homens e poucas mulheres que em ruas e praças públicas se deixam ficar de dia e de noite (e que não raro se autointitulam “moradores de rua”). Mas apareciam ali também aqueles que chamo de *pessoas da rua*, pedestres que permanecem nos espaços públicos principalmente para fins de sociabilidade, retornando à noite para locais de moradia diversos, maiores ou menores, próprios ou alugados, mas de todo modo *intramuros*: eram homens ou mulheres de idades variadas que me contavam ser “aposentados” ou “desempregados”. Ademais, havia *comerciantes de rua*, pedestres envolvidos, em ruas e praças públicas, sobretudo em atividades comerciais – em sentido amplo (venda ambulante, prostituição, mendicância); além disso, *artistas e religiosos de rua*: de um lado, indivíduos ou grupos que tocam e/ou cantam nos espaços públicos; de outro, as chamadas “ciganas”, que leem as mãos dos transeuntes e associam verbalmente a sua atividade a “religião”, e pregadores evangélicos que se autopublicizam como “pastores”; enfim, foram comuns *artesãos de rua*, em particular engraxates e/ou sapateiros (FREHSE, 2013a, p. 144).

Em face dessa variedade empírica, que se deixa descrever por referência à Praça da Sé no período temporal aqui em questão, a apreensão regressivo-progressiva desse campo empírico depende, nos limites deste texto, da escolha heurística de um foco de observação bem circunscrito. Para tanto, nada como lembrar que, no âmbito da abordagem lefebvriana, o conhecimento se baseia sempre numa noção definida de totalidade: “O conjunto deve constituir um instrumental mental preciso e flexível”, a fim de que a “estrutura” do “conhecimento” se mantenha (LEFEBVRE, 1961, p. 183).

Desse ponto de vista, “os objetos, gestos e palavras da vida cotidiana encarnam em seu *nível* a totalidade de modo real, mas também

fragmentário“ (LEFEBVRE, 1961, p. 61, grifo no original). Portanto, também os elementos materiais e imateriais identificáveis na Praça da Sé encarnam “mediações” da totalidade de referência, que é a urbanização contemporânea; eles constituem “diferenças internas” no interior de um todo essencialmente aberto e contraditório. É que “o total, o ‘mediado’, o *refletido* através de mediações múltiplas, a cultura, a linguagem também têm de retornar ao imediato para ali se manifestar, se dar e aparecer“ (LEFEBVRE, 1961, p. 61; grifo no original).

Já que aqui o que importa é demonstrar sinteticamente as contribuições do método para a apreensão conceitual de contradições na produção do espaço, o campo constituído pelo adro retangular e pelos dois setores sombreados da Praça da Sé mais ao norte, compõem um campo empírico - em termos lefebvrianos - que é relativamente circunscrito. A observação participante ali me possibilitou encontrar elementos materiais e imateriais definidos cuja complexidade se deixa apreender, aqui, de maneira relativamente precisa. Em relação à materialidade física da praça, remeto em especial às representações urbanísticas de espaço que se deixam entrever na aparência arquitetônica atual do logradouro, sobretudo na coexistência física da catedral ali (fig. 1) com equipamentos urbanos específicos: o Marco Zero (fig. 2), as muretas (fig. 3), duas estátuas (figs. 4-5).

Em relação aos elementos imateriais no logradouro, destaca-se uma dimensão específica da prática espacial dos pedestres da Praça da Sé. Refiro-me às regras de comportamento corporal tanto dos transeuntes apressados em circulação pelo logradouro, quanto dos não-transeuntes envolvidos em atividades sociais variadas. A passagem regular dos primeiros por ali não seria possível se a regra da circulação não mediasse o seu comportamento corporal. Não seriam tantos, por sua vez, os não-

transeuntes, se a permanência física regular ali não integrasse as regras envolvidas em seu comportamento corporal.

### **Momento analítico-regressivo**

Se – como sintetiza Martins (1996a, p. 21) em relação ao momento analítico-regressivo do método lefebvriano – “cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem a sua data”, então a atenção do pesquisador regressivo-progressivo se centra instantaneamente em um aspecto físico definido, no campo empírico da Praça da Sé. Embora estejamos em face de um logradouro em torno de uma catedral – um local, portanto, que há muitos séculos é amplamente central em termos simbólicos, nas cidades ocidentais -, esse fato não significa antiquidade histórica.

De fato, a Praça da Sé se distingue bastante do logradouro análogo que entre o século XVI e 1912 existiu em seu atual setor norte. O então chamado “Largo da Sé” se originou do alargamento triangular de ruas que – como também em outras cidades portuguesas a partir do século XVI – se abria diante da catedral, cuja versão mais longeva, por sua vez, foi ali erigida em estilo colonial português em meados do século XVIII (FREHSE, 1997, 2013a) (fig. 6).





Figura 6: Vista a partir do noroeste em direção ao então Largo da Sé, 1862 (© AZEVEDO, 1887/Arquivo do Estado de São Paulo)

O antigo nome tem clara correspondência com o significado do adjetivo “largo” na língua portuguesa. Em termos esquemáticos, o ordenamento físico em questão, vigente até a demolição da catedral colonial em 1912, pode ser representado nos seguintes termos (fig. 7):







Figura 9: Esboço da Praça da Sé e seu entorno desde 1973 (© INSTITUTO CULTURAL ITAÚ, 1994, p. 20)

A última reforma da praça (2006-2007), já em circunstâncias politicamente democráticas, manteve a aparência física estabelecida anteriormente. Novidades foram apenas rampas e caminhos para pedestres por sobre os espelhos d’água, no setor ajardinado – em prol de melhor “acessibilidade” e “trânsito transversal e diagonal” na praça (EMURB, 2005, p. 10-13).

Um pouco mais antigos são os quatro equipamentos urbanos aqui enfocados. O Marco Zero foi erguido em 1934, demarcando por uma via simbolicamente nova o costume centenário de que todas as distâncias oficiais da cidade se medissem a partir da porta da catedral (FREHSE, 1997, p. 123). Vinte anos mais recente é a primeira das duas estátuas atualmente existentes no segmento cimentado da praça: o monumento a Anchieta. No ano do 1954, quando as elites políticas, econômicas e

culturais celebraram com grande pompa o quarto centenário de fundação de São Paulo, a arquidiocese encomendou a instalação da estátua no sítio em que se localizara a catedral colonial. Muito mais recente do que esses dois equipamentos é a estátua de Paulo: foi em 2009 que a arquidiocese a instalou na parte norte do adro retangular. Enfim, nem tão novo quanto a estátua de Paulo nem tão velho quanto a catedral gótica é o último elemento físico ao qual aqui remeto: as muretas laterais ao adro. Elas provêm da intervenção urbanística dos anos de 1970.

Já quando o assunto é a realidade social que se (re)produz dia a dia na praça pela mediação dos pedestres, aí a datação histórica é bem mais difícil de ser precisada. Sobretudo porque o espectro significativamente variado, ali, de gente desprezilegiada em termos socioeconômicos remete àquilo que a literatura especializada tem concebido como “popularização do centro histórico”.<sup>8</sup>

Tal processo teria tido início na segunda metade da década de 1960, no contexto das transformações urbanísticas no centro, que, expandindo-se para além da colina histórica, passou a englobar também outros bairros do entorno mais imeditato, os quais, por sua vez, tinham começado a consolidar-se como tais a partir da segunda metade do século XIX. Afora a reforma da Praça da Sé e de outros logradouros do centro histórico em prol da consolidação deste último como principal entroncamento metroviário e rodoviário da cidade (NAKANO; ROLNIK; CAMPOS, 2004, p. 130-141), foi implantada ali, entre 1975 e 1986, uma extensa zona pedestrianizada (D’OTAVIANO, 1994, s/p. [capítulo 2]). Enquanto, na esteira desses processos, o centro se transformou em “território de transbordo” (Meyer, 1999), tornou-se simultaneamente principal “nó de articulação e passagem” para o transporte coletivo, e

---

<sup>8</sup> Cf. entre outros Cordeiro (1980, p. 132), Frúgoli Jr. (1995, p. 21-72, 1999, 2000), Comin/Somekh (2004, *passim*), Kowarick (2009, p. 153ss), Kara José (2010).

diminuiu a sua acessibilidade por automóvel; esta última de fato foi reforçada em especial na zona sul da cidade, graças às intervenções urbanísticas de prefeitos variados ali (NAKANO; ROLNIK; CAMPOS, 2004, p. 130-139). Ao mesmo tempo, os bairros dessa região se tornaram locais de residência privilegiados de representantes das camadas socioeconomicamente mais altas da população; gente que em sua maioria vivera no próprio centro até os anos de 1960.

Em todos esses casos, estamos em face de descobrimentos das dinâmicas urbanísticas centralizadoras do regime militar que vieram de mãos dadas com um forte afluxo demográfico. Desde os anos de 1950, este último vem assegurando a São Paulo o estatuto de cidade mais populosa do Brasil.

À luz desses processos, é tentador, à primeira vista, assumir a década de 1960 como data histórica aproximada das regras de comportamento corporal dos pedestres da Praça da Sé. Mas a perspectiva analítico-regressiva sugere uma profundidade histórica maior nos corpos dos transeuntes e não-transeuntes do logradouro. Dados documentais relativos às regras de comportamento corporal dos pedestres no centro histórico paulistano do intervalo entre o início do século XIX e o início do XX (FREHSE, 2005, 2011a), me subsidiam empiricamente a argumentar que o padrão a impregnar a circulação dos transeuntes ali provém das três décadas finais do século XIX, enquanto a regra da permanência regular ali por parte de não-transeuntes é ainda mais antiga, em termos históricos: data do período colonial (escravista).

Os últimos decênios do Oitocentos foram de fato um intervalo no qual teve início o uso historicamente moderno das ruas e praças paulistanas por transeuntes: foi então que se difundiu ali o comportamento corporal até então excepcional da circulação a pé. Até a abolição oficial da escravidão africana, em 1888, tais espaços tinham sido com efeito espaços de permanência e ajuntamento regulares de pedestres – sobretudo gente

socialmente desprivilegiada, escravos, forros e livres envolvidos no trabalho braçal e/ou na sociabilidade neste implícita. É crucial não esquecer que, compartilhando cômodos coletivos nas casas senhoriais, era nas ruas e praças que escravos podiam encontrar possibilidades de sobrevivência física e de convivência social alheias ao olhar senhorial. Já os representantes das camadas socialmente mais prestigiadas da cidade costumavam sair para lá apenas em ocasiões cerimoniais, festividades religiosas e civis, ou para “pagar visita” a parentes e conhecidos. Tendo-se em conta essas referências históricas, transeuntes nas ruas e praças do centro paulistano – portanto, também no então Largo da Sé – constituíam, no final do XIX, uma novidade histórica, protagonistas que eram da circulação historicamente moderna de pedestres.

Já a quantidade e variedade dos pedestres que, por referência aos dias de hoje, denomino não-transeuntes desse e de outros logradouros e ruas é evidentemente bem diversa daquelas dos pedestres que, no período colonial e imperial escravista, se deixavam ficar ali. De todo modo, pode-se estabelecer, como data histórica da permanência física mais delongada de pedestres em praças como a da Sé, no mínimo o início do século XIX colonial.

Estabelecidas essas datações todas, elas permaneceriam meramente descritivas, sem que, no terceiro momento do método lefebvriano, as transformações dos elementos previamente datados se elucidassem dialeticamente, por referência ao desenvolvimento ulterior e sua subordinação ao processo de conjunto.

### **Momento histórico-genético**

Contemplada pela lente metodológica do atual processo de urbanização, a Praça da Sé emerge como um lugar cuja “produção” presente ainda é marcada decisivamente por uma representação de espaço

específica dos anos de 1970. Refiro-me ao logradouro como lugar de circulação de transeuntes e veículos – indo e vindo entre os muitos estabelecimentos comerciais, os edifícios públicos e os diversos meios de transporte, em especial metrô, ônibus e táxi. Um indício significativo nesse sentido é a absoluta ausência de bancos de praça na praça. Quer sob as árvores de seus setores sombreados, quer no adro de palmeiras imperiais: o pedestre que queira descansar momentaneamente da circulação tem de recorrer à improvisação da mureta (figs. 3 e 5), da escadaria (fig. 3), do próprio chão (figs. 3-4).

Nesse sentido, a praça constitui uma referência empírica daquilo que Lefebvre denominou espaço abstrato; espaço, portanto, cujo sentido se liga fortemente ao modo de funcionamento do capitalismo: “Esse espaço formal e quantificado nega as diferenças, tanto aquelas que provêm da natureza e do tempo (histórico) quanto aquelas que vêm dos corpos, idades, sexos, etnias” (LEFEBVRE, 2000, p. 61). De fato, na esteira do planejamento urbano ali implementado na década de 1970, a praça foi transformada em um espaço puramente “instrumental; portanto “espaço manipulado por todos os tipos ‘de autoridades’, seu lugar e ambiente” (LEFEBVRE, 2000, p. 63). Sua principal função se tornou a circulação de transeuntes.

E, no entanto, a produção de espaço abstrato não transcorre sem contradições. É verdade que, desde os tempos coloniais, a Praça da Sé representa, em sua aparência física, um “espaço dominante” – isto é, espaço „de riqueza e de poder” (LEFEBVRE, 2000, p. 61), notadamente do poder religioso e político dos representantes da diocese paulistana e do poder público local. Entretanto, também esse espaço abstrato, dominante, carrega “contradições do espaço procedentes em parte de contradições antigas, emergentes do tempo histórico” (LEFEBVRE, 2000, p. 64). E precisamente essas últimas me interessam aqui.



As datas históricas tanto da catedral quanto do Marco Zero e das duas estátuas remetem a uma lógica de poder que incentiva de modo inescapável a permanência apenas momentânea de transeuntes no logradouro, em meio ao ir e vir entre o templo e as duas estátuas ou o próprio Marco Zero. Nesse sentido, tais equipamentos urbanos são indicações empíricas de uma representação urbanística passível de ser encontrada em São Paulo muito antes da década de 1970 - justamente a partir dos anos de 1880, no contexto de advento da modernidade europeia na aparência física do centro histórico (FREHSE, 2011a, p. 465): uma praça é lugar de permanência momentânea dos transeuntes, em meio à circulação; um espaço público historicamente moderno.

Ora, tal concepção constitui uma contradição histórica em relação à representação urbanística de espaço atualmente dominante, e que data da década de 1970. E isso apesar de sua contundência apenas bastante fragmentária na praça. Exemplar nesse sentido é que, na esteira da chamada “popularização” do centro, é apenas em ocasiões muito específicas – em especial nas missas natalinas e/ou em eventos politicamente significativos na escala local ou nacional – que multidões mais numerosas se ajuntam no interior ou diante da catedral. Se, durante a ditadura, o templo e a praça foram lugares referenciais de manifestações político-religiosas de resistência por parte dos mais diversos grupos sociais, em boa parte em função da atuação política do então arcebispo Paulo Evaristo Arns pela proteção de perseguidos políticos, a conjuntura de usos do logradouro se modificou bastante, nas últimas décadas. São sobretudo representantes das camadas mais pobres da população que ali se encontram para protestar quando, por exemplo, cabe manifestar-se anualmente em memória do assassinato de sete “moradores de rua” na praça e nas ruas do entorno, em 2004.

Vale ressaltar que, desde a última reforma do logradouro, tem tendido a ser mais intensa, à primeira vista, a permanência momentânea de turistas nativos e estrangeiros das mais diversas origens socioeconômicas dentro da catedral, em torno do Marco Zero e das duas estátuas no período comercial.<sup>9</sup> Tal tendência se deve, entre outros, a certo *marketing* urbano que, desde os anos de 1990, tem se concentrado em promover a “revitalização” do centro (FRÚGOLI, 2000; KARA JOSÉ, 2010) – em conformidade com uma tendência apreensível também nos centros históricos de outras cidades contemporâneas (cf., entre outros, PEIXOTO, 2009). De fato, a reforma mais recente da Praça da Sé visou explicitamente à sua “requalificação” em prol de mais “turistas” (EMURB, 2005, p. 10-13). Ademais, a política urbana local recente tem investido no controle policial diurno ostensivo da praça.

Tendo-se em conta a consolidação física paulatina, desde 1969, da Praça da Sé como expressão do espaço abstrato, não são apenas elementos materiais da cultura que trazem à tona contradições históricas desse mesmo espaço. A coexistência diária entre a circulação fugaz de transeuntes e a permanência aparentemente indiferente de não-transeuntes no logradouro remete a uma produção do espaço que se diferencia de maneira cabal do modo como “funciona” o espaço abstrato.

Lefebvre enfatiza que esse funcionamento corresponde àquele do “diálogo”:

Esse espaço implica um acordo tácito, um pacto de não-agressão, um quase contrato de *não-violência*. Em outras palavras: de reciprocidade, de uso compartilhado. Na rua, espera-se do transeunte que não ataque aqueles que encontra: o agressor que transgride essa lei comete um ato criminoso (LEFEBVRE, 2000, p. 69; grifo no original).

---

<sup>9</sup> Infelizmente faltam pesquisas específicas sobre essa problemática.

À luz dessa referência conceitual, a impressão primeira é de que na Praça da Sé a maneira como em especial os transeuntes usam o logradouro obedece ao modo de funcionamento do espaço abstrato. Passados cinquenta anos no decorrer dos quais o centro histórico perdeu amplamente, para outros distritos, o estatuto de “centro de decisões” no sentido lefebvriano (2009, p. 10), é possível afirmar que a razão principal para a circulação de transeuntes pelo logradouro, hoje em dia, é o “espaço do consumo” que o seu entorno ainda representa. No centro histórico, a acumulação de capital e o controle estatal se encontram claramente ligados (LEFEBVRE, 2000, p. 407): tão logo o comércio e as repartições públicas fecham as portas, os transeuntes literalmente desaparecem dali – e, assim, da Praça da Sé.

Contudo, nem por isso tal consumo é desprovido de contradições. Basta considerar que se, de um lado, a circulação de transeuntes pela Praça da Sé remete a um funcionamento meramente instrumental e quantitativo do logradouro, esse mesmo trânsito transcorre em meio à atuação de mediações simbólicas contundentes. De fato, a praça é corporalmente percebida como lugar de passagem fugaz, mas ao mesmo tempo vivida simbólica e imaginativamente como lugar de permanência física temporalmente bem mais delongada. Observar diretamente e conversar informalmente ali com transeuntes em ritmo episódico entre 2008 e 2012, deixou entrever que muitos costumam permanecer bem mais do que dez minutos em torno do Marco Zero, a fim de decifrar as inscrições ali contidas. Outros transeuntes, por sua vez, às vezes esquecem por alguns momentos a pressão do trânsito, a fim de estacionar diante da catedral com gestos de persignação; ou para, a partir de lá, lançar olhares de fascinação em direção ao templo e à praça. Enfim, há quem assista por meia hora ou mais aos “cultos” dos pregadores.

Se já o comportamento corporal dos transeuntes coloca em xeque o caráter instrumental do espaço abstrato, isso se aplica ainda mais à permanência física regular dos não-transeuntes ali. Esta carrega indícios evidentes daquilo que Lefebvre chama de espaço diferencial. Basta lembrar que este “só pode nascer (se produzir) acentuando as diferenças. Ele une aquilo que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social” (LEFEBVRE, 2000, p. 64). Com efeito, durante a permanência física regular na Praça da Sé, o descanso físico se une claramente à sociabilidade que intensifica laços sociais. Aliás, sem tal rede de solidariedade a permanência diária nesse e em outros espaços públicos do centro seria praticamente impossível, como tenho podido constatar no âmbito de outro projeto investigativo (FREHSE, 2011b).

E, no entanto, também em relação aos não-transeuntes há contradições a ressaltar. É que o uso que eles fazem da Praça da Sé não se relaciona necessariamente com a fruição (“*jouissance*”) do espaço implícita na lógica qualitativa do uso desse mesmo espaço (LEFEBVRE, 2009, p. 48). Como pude demonstrar em outro momento em relação à Praça da Sé (FREHSE, 2008), também a permanência dos não-transeuntes ali se encontra impregnada do espaço quantitativo e instrumental do consumo. A permanência mais delongada na praça pelos chamados “moradores de rua”, por desempregados e vendedores ambulantes não corresponde ao “consumo improdutivo”, que só “encanto” (“*l’agrément*”) produz (LEFEBVRE, 2000, p. 415). Não raro, ângulos e cantos insuspeitados da escadaria e da praça em geral viram suportes espaciais de um uso cujo caráter meramente instrumental torna menos penosa, para o corpo, a permanência delongada na Praça da Sé, frente à falta de alternativas: o Marco Zero transforma-se em encosto; a catedral, em cama ou banco de praça, assim como o fazem as muretas na praça e os canteiros em torno das árvores; o adro retangular do logradouro, enfim, vira templo

para os mais diversos pregadores de rua, além de agência de comércio de ouro e sapataria.

Marcada por essas datas e contradições históricas diversas, a Praça da Sé se revela como lugar em que em especial o tempo histórico do passado se manifesta de modo peculiar. Os elementos mais antigos ali parecem ser as regras de comportamento corporal dos pedestres; e isso, apesar de, em sua variedade multicolor durante os dias úteis, os pedestres como tais evidentemente não datarem do período colonial ou da virada do século XX; e a despeito de seu comportamento corporal atual ser marcado por contradições bem definidas. Estas últimas remetem a possibilidades históricas que, por sua vez, são claramente indicativas da dinâmica internacional mais recente da urbanização neocapitalista – com sua difusão abrangente de espaço abstrato.

Já quando o pesquisador se concentra no “mundo construído” da Praça da Sé, aí ele é levado forçosamente a se deparar com a presença ativa de um passado bem mais recente. À luz da radicalidade das transformações urbanísticas dos últimos quarenta anos, a catedral, o Marco Zero e a estátua de Anchieta constituem verdadeiras “antiguidades”. Tais contradições históricas remetem de modo sutil ao espaço diferencial de cujos indícios a Praça da Sé, como evidência empírica de espaço abstrato, está prenhe.

### **Considerações finais**

Se, em face dessa combinação específica entre complexidade horizontal e vertical na Praça da Sé, o que vem para o primeiro plano da conceituação é a “contemporaneidade do não contemporâneo”, esta se deixa, ademais, definir conceitualmente de modo mais preciso. Afinal, tais desencontros temporais se (re)produzem dia a dia através da presença

ativa do passado nos corpos físicos dos pedestres, em meio à destruição sistemática do passado nos corpos físicos dos edifícios e equipamentos urbanos.

Impregnada dessa dinâmica de produção, a Praça da Sé paulistana, porém, também deixa entrever uma novidade no plano da empiria. É que do espaço abstrato que o logradouro encarna empiricamente emerge uma evidência peculiar de espaço diferencial: o corpo do pedestre paulistano. Esse corpo humano – segundo Lefebvre (2000, p. 49), outro espaço – carrega indícios de uma contribuição definida do método regressivo-progressivo para a pesquisa urbana latino-americana; além disso, contém outros de três possibilidades que a abordagem abre para a pesquisa urbana em geral, quando o que importa é conceituar a diferença no contexto da urbanização atual.

A aplicação do método na Praça da Sé trouxe para o primeiro plano da conceituação uma densidade histórica relativa à produção desse espaço que, na verdade, não impregna a materialidade física atual apenas de tal logradouro. Partindo do pressuposto de que São Paulo, mesmo no cenário urbano brasileiro, São Paulo constitui um caso extremo de destruição sistemática do patrimônio material urbano, não faltam indícios, mesmo que fragmentários, de dinâmicas análogas em megacidades como o Rio de Janeiro, Cidade do Panamá e Cidade do México. É frequente demais que o patrimônio digno de ser lembrado e conservado se constitua por meio de políticas absolutamente drásticas de demolição da materialidade física até então ali existente.

Tendo-se em conta que na América Latina essa ameaça é constante, o método lefebvriano se revela como instrumental decisivo no sentido de abrir espaço conceitual para um tipo de densidade histórica que se encontra menos na materialidade das edificações e dos equipamentos urbanos do que na imaterialidade da prática espacial dos habitantes dessas

mesmas cidades. Ou melhor: o método incentiva à compreensão da convivência complexa de tempos históricos nos corpos tanto dos seres humanos, quanto das edificações e dos equipamentos urbanos.

Já no que se refere à pesquisa urbana em geral, os corpos que o método lefebvriano evidencia favorecem, em primeiro lugar, o reconhecimento de que as contradições sociais no uso das praças das cidades contemporâneas inevitavelmente carregam em si uma dimensão histórica. Com o auxílio de outros métodos, contradições como, por exemplo, a permanência física prolongada em tais lugares em meio ao incentivo intenso do trânsito, aparecem como meros conflitos entre camadas sociais. Sob o prisma regressivo-progressivo, essa mesma permanência prolongada por parte dos socialmente desprivilegiados remete menos a uma “resistência política” dos pobres em relação às “elites” do que à profundidade histórica dessa regra de comportamento, que se desenvolve (e modifica) historicamente nas e pelas praças urbanas.

Seria possível argumentar que tais movimentos corporais dos pedestres na Praça da Sé tendem a ser cada vez mais parecidos com aqueles passíveis de serem observados nas cidades europeias atuais – partindo-se da constatação de que, no contexto da crise econômica engendrada em 2008, não apenas transeuntes, mas também cada vez mais não-transeuntes ocupam as ruas e praças públicas de centros históricos como, por exemplo, o lisboeta (Frehse, 2013a). Ora, justamente porque um argumento como esse é possível, o presente texto pode retornar, por fim, à questão que o originou e indicar uma segunda contribuição do método para a pesquisa urbana internacional. A combinação específica de tempos históricos nos corpos humanos em meio a corpos outros, arquitetônicos - por exemplo na Praça da Sé -, faz dos primeiros, em termos metodológicos, mediações reveladoras de *diferenças históricas* maiores ou menores no interior de uma cidade (como São Paulo). E tais

diferenças, por sua vez, deixam entrever se, *no nível da prática espacial*, essa cidade se diferencia ou não de outras.

O tempo histórico assegura assim para si um lugar próprio na reflexão sobre a produção do espaço urbano contemporâneo; produção esta para a qual os habitantes das cidades contribuem involuntariamente dia a dia pela mediação de sua prática espacial. Nesse sentido, sensibilizar-se para a densidade histórica da imaterialidade que mora nos corpos humanos no e através do espaço urbano oferece ao pesquisador uma terceira possibilidade de conhecimento. Ela o habilita a lidar de modo menos autoevidente e mais crítico com um argumento frequentemente mobilizado na pesquisa urbana atual: desde os anos de 1990 teria sido tamanha a ruptura social e cultural nas cidades, que comparações com períodos anteriores só revelariam rupturas, mas de modo algum continuidades. O pesquisador regressivo-progressivo é necessariamente levado a relativizar a profundidade histórica dos elementos materiais e imateriais do campo empírico por ele investigado e, assim, também o modo como essa ruptura pressuposta teoricamente se deixa comprovar empiricamente, no dia a dia dos habitantes no e pelo espaço urbano. À medida que a perspectiva abre espaço conceitual para as diferenças empiricamente dadas, ela pode contribuir para uma apreensão e compreensão mais diferenciadas do atual mundo urbano.

O fato de, quase setenta anos após a sua primeira formulação, o método regressivo-progressivo inspirar questões como esta, é um indício de sua heterodoxa atualidade. Com efeito, nos tempos atuais, em que o debate na pesquisa urbana se fixa essencialmente no presente, uma abordagem como essa, que remete ao papel metodológico e conceitual – e, assim, inevitavelmente político – do tempo histórico no presente, não tem mesmo como deixar muito mais do que uma impressão de heterodoxia. Também isso é parte das contradições históricas do presente.



Justamente por isso, entretanto, a atualidade heterodoxa da abordagem regressivo-progressiva é mais do que um exemplo das contradições sociais de nosso presente. Ela é uma mediação outra passível de revelar essas contradições de modo específico, na pesquisa urbana atual.

## Referências

AZEVEDO, Militão Augusto de. 1887. *Album Comparativo da Cidade de São Paulo 1862-1887*. São Paulo: s. ed. [Acervo: Arquivo do Estado de São Paulo]

BERKING, Helmuth; LÖW, Martina (Orgs.). 2008. *Die Eigenlogik der Städte*. Frankfurt a. M./New York: Campus.

CAMPOS, Cândido M. 2002. *Os rumos da cidade*. São Paulo: Senac.

COMIN, Álvaro; SOMEKH, Nádia (Orgs.). 2004. *Caminhos para o centro*. São Paulo: PMSP/CEBRAP/CEM.

CORDEIRO, Helena K. 1980. *Centro da metrópole paulistana: expansão recente*. São Paulo: Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo.

DEULCEUX, Sandrine; HESS, Rémi. 2009. *Henri Lefebvre: vie, oeuvres, concepts*. Paris: Ellipses.

D'OTAVIANO, Camila. 1994. *A Cidade do pedestre*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

EMURB [Empresa Municipal de Urbanismo]. 2005. *Praça da Sé – Requalificação da paisagem urbana*. São Paulo: EMURB; mimeo.

FERNANDES, Florestan. 1959. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FREHSE, Fraya. 1997. Entre largo e praça, matriz e catedral: a Sé dos cartões postais paulistanos. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 5, n. 5-6, p. 117-155.

\_\_\_\_\_. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. *Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 169-184.

\_\_\_\_\_. 2005. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_. 2008. Lefebvre's Use of Space in the Public Places of Contemporary Downtown São Paulo. Comunicação na "Rethinking Theory, Space and Production: Henri Lefebvre Today" International Conference (Delft: TU Delft); mimeo.

\_\_\_\_\_. 2011a. *Ô da rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_. 2011b. A sociedade da rua em São Paulo: A cidade fora dos muros. Projeto de Pesquisa. São Paulo: Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo; mimeo.

\_\_\_\_\_. 2013a. Os tempos (diferentes) do uso das praças da Sé em Lisboa e em São Paulo. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Orgs.). *Diálogos urbanos*. Coimbra: Almedina, p. 127-173.

FREHSE, Fraya (no prelo). In Search of Difference "In and Through" São Paulo: The Regressive-Progressive Method. In: MORAVÁNSKY, Akos; SCHMID, Christian; STANEK, Lukasz (Orgs.) *Urban Revolution Now*. London: Ashgate.

FRÚGOLI JR., Heitor. 1995. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero.

\_\_\_\_\_. 1999. A questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. In: Souza, Maria Adélia et alii (Org.). *Metrópole e globalização*. São Paulo: CEDESP, p. 151-65.

\_\_\_\_\_. 2000. Centralidade em São Paulo. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. 1998/1989. *Culturas híbridas*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão/Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_. 2006/1995. *Consumidores e cidadãos*. Trad. Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

\_\_\_\_\_. 2005/2004. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

GARCÍA QUESADA, George I. 2001. *Las sombras de la modernidad*. San José (Cr): Editorial Arlequin.

\_\_\_\_\_. 2008. Una réplica a ‘La sociología crítica de Henri Lefebvre’, de Roy Alfaro Vargas. *Revista de Ciencias Sociales*, San José (Cr), v. 120, n. 2, p. 59-64.

GOONEWARDENA, Kanishka; KIPFER, Stefan; MILGRAM, Richard; SCHMID, Christian (Orgs.). 2008. *Space, Difference, Everyday Life*. New York/London: Routledge.

HESS, Rémi. 1988. *Henri Lefebvre et l’aventure du siècle*. Paris: A.M. Métailié.

- HESS, Rémi. 2009. *Henri Lefebvre et la pensée du possible*. Paris: Anthropos.
- HESS, Rémi; SAVOYE, Antoine. 1988. *Perspectives de l'analyse institutionnelle*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- INSTITUTO Cultural Itaú. 1994/1993. *Cadernos Cidade de São Paulo - A Praça da Sé*. São Paulo: Instituto Cultural Itaú.
- KARA JOSÉ, Beatriz. 2010. *A popularização do centro de São Paulo: um estudo das transformações ocorridas nos últimos 20 anos*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- KOWARICK, Lúcio. 2009. *Viver em risco*. São Paulo: Editora 34.
- LEFEBVRE, Henri. 1961. *Critique de la vie quotidienne*. v. 2. Paris: L'Arche Éditeur.
- \_\_\_\_\_. 2001a/1949. Problèmes de sociologie rurale. In: LEFEBVRE, Henri. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, p. 21-40.
- \_\_\_\_\_. 2001b/1953. Perspectives de sociologie rurale. In: LEFEBVRE, Henri. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, p. 63-78.
- \_\_\_\_\_. 1971/1959. Qu'est-ce que le passé historique?. In: LEFEBVRE, Henri. *Au-delà du structuralisme*. Paris: Anthropos, p. 77-87.
- \_\_\_\_\_. 1962. *Introduction à la modernité*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- \_\_\_\_\_. 1963. *La Vallée de Campan*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_. 2009/1968. *Le droit à la ville*. Paris: Economica/Anthropos.

LEFEBVRE, Henri. 1970b. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard.

\_\_\_\_\_. 2000/1974. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.

\_\_\_\_\_. 1992. *Eléments de rythmanalyse*. Paris: Syllepse.

LEVI-STRAUSS, Claude. 1955. *Tristes tropiques*. Paris: Plon.

LÖW, Martina. 2009. *Soziologie der Städte*. Frankfurt a. M. : Suhrkamp.

MARTINS, José de S. 1996a. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, p. 13-23.

MARTINS, José de S. (Org.). 1996b. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec.

MARTINS, José de S. 2008a. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto.

MAUSS, Marcel. 1997/1950. *Sociologie et anthropologie*. Paris: Quadrige/Puf.

MEYER, Regina P. 1999. A construção da metrópole e a erosão do seu centro. *Revista URBS*, São Paulo, v. 2, n. 14, p. 28-35.

MILANESI, Renata. 2002. *Evolução urbana e espaço público*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

NAKANO, Kazuo; ROLNIK, Raquel; CAMPOS, Cândido M. 2004. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: COMIN, Álvaro; SOMEKH, Nádia (Orgs.): *Caminhos para o centro*. São Paulo: PMSP/CEBRAP/CEM, p. 123-158.

PASTRO, Cláudio. 2010. *A arte no Cristianismo*. São Paulo: Paulus.

PEIXOTO, Paulo. 2009. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos/LEITE, Rogerio P. (Hg.): *Plural de cidade*. Coimbra: Almedina, p. 41-52.

PONZIO, Francisca. 2003. O arquiteto da Sé. In: URBS. <http://www.vivaocentro.org.br/publicacoes/urbs/urbs31.htm>. (Acessado em 26.04.2008).

PORTO, Antonio Rodrigues. 1996. *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo: Carthago Editorial.

RONNEBERGER, Klaus. 2008. Henri Lefebvre and Urban Everyday Life: In Search of the Possible. In: GOONEWARDENA, Kanishka; KIPFER, Stefan; MILGRAM, Richard; SCHMID, Christian (Orgs.) 2008. *Space, Difference, Everyday Life*. New York/London: Routledge, p. 134-146.

SASSEN, Saskia. 1991. *Global Cities*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.

\_\_\_\_\_. 2008. As diferentes especializações das cidades globais. In: Urban Age (Org.). *Cidades sul-americanas: assegurando um futuro urbano*. São Paulo: Imprensa Oficial, p. 4-6.

SCHMID, Christian. 2006. *Stadt, Raum und Gesellschaft*. München: Franz Steiner Verlag.

STANEK, Lukasz. 2011. *Henri Lefebvre and Space*. Minneapolis/London: The University of Minnesota Press.

TEIXEIRA, Manuel C. 2001. As praças urbanas portuguesas quinhentistas. In: TEIXEIRA, Manuel (Org.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 69-89.

VARGAS, Roy A. 2005. Sociología dialéctica de la literatura: cuestión de método. *Revista de Ciencias Sociales*, San José (Cr), v. 3-4, n. 109-110, p. 151-156.

\_\_\_\_\_. 2006. La sociología crítica de Henri Lefebvre. *Revista de Ciencias Sociales*, San José (Cr), v. 3-4, n. 113-114, p. 97-104.

\_\_\_\_\_. Henri Lefebvre. Contrarréplica a George I. García. *Revista de Ciencias Sociales*, San José (Cr), n. 125, p. 103-115.

*Recebido em 03/2014*

*Aprovado em 06/2014*

